

Entidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATURAI Praça 14 de novembro, 211, Centro, Caturai-GO Cep: 75430-000
Órgãos Interessados	Secretaria Municipal de Saúde
Modalidade/forma	Pregão Eletrônico – Plataforma eletrônica: Licitanet
Modo de disputa	Aberto
Critério de julgamento	Menor preço – por item
Objeto resumido	Contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para Farmácia Básica, Hospital Municipal, UBSs e de mandado judiciais no município de Caturai.
Objetivo	Registro de Preços
Autoridade Superior	Luiz Carlos de Sousa – Gestor do FMS
Agente de Contratação/Eq. Apoio	Decreto nº 042/2025
Endereços eletrônicos	www.caturai.gov.go.br
Código de comunicação	Telefones: (62) 3528-1130 E-mail: licitacao@caturai.go.gov.br
Legislação de Regência	Lei nº 14.133, de 2021 e, complementarmente, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e pelos regulamentos próprios e Decreto Municipal nº 029/2022.
Responsabilidades da licitante	O licitante deve estar ciente de todas as condições do edital e seus anexos, observar todos os prazos para prática dos atos inerentes à regular participação, acompanhar as publicações na forma definida por lei e pelo edital, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por intempestividades.
Advertências	O interessado deve: } <ul style="list-style-type: none"> ➤ Observar possíveis vedações ou impedimentos de participação (art. 14, da Lei nº 14.133, de 2021); ➤ Solicitar, tempestivamente, em caso de dúvida, informações sobre situações que possam ser entendidas como violadoras do princípio igualdade, sob pena de responsabilização na forma da lei; } ➤ Estar ciente de o seu dever de probidade.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 08/06/2026 às 09:00 (nove horas).

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 08/06/2026 às 09:05 (nove horas e cinco minutos).



EDITAL PREGAO ELETRONICO Nº 014/2026 - RETIFICADO

Processo administrativo nº 1515/2026

1- PUBLICIDADE

1.1. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.2. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na plataforma [Licitanet](https://www.licitanet.com.br/), disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

2- PLATAFORMA ELETRÔNICA

2.1. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

3- DATA E HORÁRIO

3.1. A(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação deverão ser cadastrados na plataforma Licitanet até a data e horário especificado no preâmbulo deste edital, quando se dará a abertura da sessão pública.

3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro(a) em contrário.

4. AGENTE DE CONTRAÇÃO

4.1. Os trabalhos do certame licitatório serão conduzidos pela Agente de Contratação/Pregoeira, Sr^a Elizabeth Angélica Gouveia Furtado, designada (art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021) por intermédio do Decreto nº 042/2025, e que nesta licitação será denominada PREGOEIRA (art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.2. A Agente de Contratação/Pregoeira será auxiliada por equipe de apoio (art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) designada pela Decreto nº 042/2025.

5. OBJETO

5.1. A presente licitação, tem por objeto o **Registro de Preços para eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para Farmácia Básica, Hospital Municipal, UBS's e de mandado judiciais no município de Caturai**, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

5.2. Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

- A. Anexo I - Termo de Referência;
- B. Anexo II - Modelo de Declarações;
- C. Anexo III - Modelo de Proposta;
- D. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços

6. REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A vigência da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo IV) será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, limitada a 24 (vinte e quatro) meses. (Art. 84 Lei Federal nº 14.133/21)

6.2. Em caso de prorrogação, será garantido o REAJUSTE previsto no item “40 - REAJUSTE”.

6.3. Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores àquelas previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto.

6.4. Poderá haver ADESÃO à ARP por qualquer órgão ou entidade pública não participante do presente certame licitatório, desde que observados os limites, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.5. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.6. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da ARP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas.

6.7. A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6.8. Não poderá haver acréscimo (s) no(s) quantitativo(s) registrado(s) na ARP.

6.9. Caberá à FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATURAI/GO o gerenciamento e controle da ARP no seu próprio interesse, como também a formalização, gestão e fiscalização de suas próprias contratações, observadas as atribuições e competências indicadas na Minuta da ARP.

6.10. O Particular, titular do Registro de Preços, obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na ARP, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas Lei 14.133/21.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Para participar deste pregão eletrônico, a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:

- A.** Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- B.** Ser credenciada junto à plataforma Licitanet, por intermédio do sítio eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
- C.** Enviar em campo próprio do sistema eletrônico as seguintes declarações virtuais de que:
 - i.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; (art.63, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - ii.** Atende aos requisitos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006; (art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - iii.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas; (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - iv.** Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. A declaração falsa sujeitará a licitante ao enquadramento na infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando o Município de Caturai por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

7.4. Não poderão participar deste pregão eletrônico:

- A.** Pessoas físicas;
- B.** Pessoas jurídicas que não possuam Inscrição Estadual, quando exigível pela legislação tributária;
- C.** Quem não cumprir os requisitos formais do item 10.1;
- D.** Agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- E.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; (art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- F.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; (art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- G.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Caturai/GO ou com agente público

que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

H. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; (art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

I. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) **J.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

K. Aqueles que se enquadrem nas demais vedações do art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual a plataforma Licitanet permite a identificação dos participantes do certame licitatório.

8. CONSÓRCIO

8.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

A. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

B. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

C. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

D. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

E. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução da ARP.

8.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da ARP, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Prefeitura Municipal de Caturai/GO e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ARP. (art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pela plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

9.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame licitatório.

9.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Caturai/GO (<https://www.caturai.go.gov.br/>) e na plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>). (art.164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.5. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.6. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

9.7. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados. (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

10. CREDENCIAMENTO

10.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet.

10.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

10.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso à plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

10.4. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Licitanet.

10.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitante e à Prefeitura Municipal de Caturai/GO a

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.6. O cadastramento do licitante junto a plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

10.7. As informações para credenciamento e de suporte técnico ao fornecedor poderão ser obtidas pelos telefones: (62) 3528-1130 ou ainda, em ambos os casos, pelo e-mail licitacao@caturai.go.gov.br.

10.8. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

10.9. A não declaração, no momento do credenciamento, da licitante em referência Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

10.10. A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame, em especial quanto à tipificação prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

11.1. O cadastramento de proposta (s) somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “10 - CREDENCIAMENTO” deste Edital.

11.2. A proposta de preços com o (preço unitário/total) para o(s) item(ns)/lote(s) de interesse, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “3 - DATA E HORÁRIO”.

11.3. O registro de proposta comercial eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na (o):

- A.** Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- B.** Compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I);
- C.** Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- D.** Submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;
- E.** Obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo (a) Pregoeiro (a).

11.4. As propostas registradas no “Sistema” **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.

11.5. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo, obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.6. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo, bem como o intervalo de que trata o item anterior.

11.7. O preço final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser superior a lance já registrado por ela no sistema.

11.8. As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.9. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11.10. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.

11.11. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de materiais/equipamentos/produtos com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

11.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

11.13. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a Lei Federal nº 8.078, de 1990.

11.14. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.

11.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.

11.16. Os preços ofertados poderão ser reajustados, observado o disposto deste Edital. (art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

11.17. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.

11.18. Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa

competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, conseqüentemente, desclassificação da proposta.

12. CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. O cadastramento dos documentos de habilitação somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “10 - CREDENCIAMENTO” deste Edital.

12.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

12.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão acrescentar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

12.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a), e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

13. ABERTURA DA SESSÃO

13.1. Na data e horário previstos no **item “3 - DATA E HORÁRIO”** deste Edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente pelo sistema.

13.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento das propostas e em relação à proposta mais bem classificada.

13.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os Licitantes, vedada outra forma de comunicação.

14. FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, on-line, do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.2. A critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser aberto mais de um item/lote simultaneamente.

14.3. Os lances serão ofertados pelo valor unitário de cada item de seu interesse.

14.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

14.5. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores de R\$ 0,01 que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

14.6. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexequível, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema.

14.7. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

14.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

14.9. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.

14.10. Após o término da etapa de lances, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.11. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do pregão eletrônico, sendo vedada a identificação do seu detentor.

15. DESCONEXÃO DO(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A)

15.1. No caso de desconexão do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

15.2. Quando a desconexão do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, caso necessário, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

16. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP).

16.2. Após a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação, que será disponibilizada automaticamente nas telas do(a) Pregoeiro(a) e do fornecedor e encaminhada em mensagem por meio de chat.

16.3. Quanto aos ITENS, na fase de PROPOSTA será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às MEI's, ME's e EPP's, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de médio ou grande porte e haja proposta apresentada por MEI/ME/EPP de valor até 5% (cinco por cento) superior ao da melhor proposta, oportunidade em que a plataforma Licitanet, automaticamente, procederá da seguinte forma:

A. A MEI/ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e, atendidas as exigências deste Edital e seus Anexos, será reclassificada como melhor proposta do certame;

B. Não sendo registrado um novo lance pela MEI/ME/EPP convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 (cinco) minutos;

C. Havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiramente;

D. O sistema encaminhará mensagem automática, por meio do “chat”, convocando a MEI/ME/EPP mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decadência do direito concedido;

E. Na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de tratamento diferenciado, será mantida a ordem classificatória do certame.

16.4. Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às MEI's/ME's/EPP's que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, conforme as seguintes regras:

A. Em se tratando de MEI/ME/EPP com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, deverá(ão) ser apresentada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada, julgando-se "habilitada" no certame empresa(s) nessa situação;

B. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;

C. A não regularização da documentação fiscal, social ou trabalhista, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus Anexos;

D. No caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à Prefeitura Municipal de Caturai/GO a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

17. EMPATE FICTO

17.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

17.2. Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que se encontrem no intervalo estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

17.3. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, na ordem de classificação.

17.4. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo (a) Pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

18. EMPATE REAL

18.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.

19. CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

19.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 02(duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada do licitante e aceitação do pregoeiro.

20. NEGOCIAÇÃO

20.1. Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

20.2. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes. (art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

20.3. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

21. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

21.1. Será desclassificada a proposta, que (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- A.** Contiverem vícios insanáveis;
- B.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- C.** Apresentarem preços inexequíveis;
- D.** Com preço superior ao estimado para a contratação;
- E.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- F.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

21.2. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).

21.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- c) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- d) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- e) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- f) Estudos setoriais;
- g) Análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para o fornecimento dos produtos; e
- h) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

21.4. O edital confere ampla discricionariedade técnica ao(a) Pregoeiro(a) para aferição da exequibilidade da proposta, autorizando a realização de diligências, pesquisas de mercado, análise de notas fiscais, levantamento de custos e demais mecanismos previstos no art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021, propostas com descontos excessivos ou valores significativamente inferiores ao preço estimado poderão ser submetidas à comprovação detalhada de viabilidade econômica, especialmente quanto aos custos logísticos, tributários, operacionais e comerciais.

21.4.1. A ausência de justificativa técnica suficiente poderá ensejar a desclassificação da proposta por inexequibilidade.

22. AMOSTRA

22.1. Não será solicitado amostras para este objeto licitado.

23. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

23.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

23.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

23.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

23.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, caso não fique pré – definida data e horário no momento da suspensão, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

23.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

23.6. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- a) Não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- b) Fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
 - i. A falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchido pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- c) Conter cotação de preço unitário e total para o item ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo I - Termo de Referência;
 - i. Os custos relacionados ao fornecimento do objeto para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
 - ii. (Os preços unitários/totais máximos/percentual de desconto mínimo) para (os itens/lotes) são os constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- d) Conter a marca/modelo;
 - i. será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que apresentem qualidade igual ou superior, observado o art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- e) indicar o número do CNPJ do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente ao fornecimento dos materiais, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

23.7. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega. (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) .

24. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

24.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

24.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.

24.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, caso o horário não tenha sido pré-definido no momento da suspensão da sessão.

24.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

24.5. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação do licitante, formulada antes de findo o prazo, e aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

24.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

24.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

24.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

24.9. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

24.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

24.11. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

24.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

25. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

25.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

25.2. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

25.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

25.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

25.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

25.6. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

A. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica compreendendo: Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU); Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU); Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Sistema de Inabilitados e Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

B. Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS4, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás;

C. Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO);

D. Consulta na “LISTA SUJA” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, a fim de verificar se o licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

25.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

25.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

A. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

B. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;

C. Constatada a existência de sanção, ou impedimento o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei;

D. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

25.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

25.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

25.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

25.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

25.13. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

A. Habilitação Jurídica;

B. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

C. Qualificação Econômico-financeira;

D. Qualificação Técnica;

E. Outros Documentos.

25.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

25.15. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

25.16. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

25.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

25.18. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

26. HABILITAÇÃO JURÍDICA

26.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI ou Sociedade Limitada Unipessoal – SLU (Lei nº 14.195, de 2021), ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de ser a participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização

27. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

27.1. Para participar da presente licitação, as empresas interessadas anexarão na plataforma Licitanet, em conformidade com as condições abaixo descritas, os seguintes documentos:

A. Cópia da Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;

B. Cópia da regularidade perante a **Fazenda federal**,

C. Cópia da regularidade perante a **Fazenda estadual**, do domicílio ou sede do licitante;

- D.** Cópia da regularidade perante a **Fazenda municipal** do domicílio ou sede do licitante;
 - E.** Cópia da regularidade relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - F.** Cópia da regularidade perante a Justiça do Trabalho; **CNDT**
 - G.** Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal. (Conforme anexo II)
- 27.2.** As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante verificação;
- 27.3.** Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.
- 27.4.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 27.5.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

28. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 28.1.** Para participar da presente licitação, as empresas interessadas anexarão na plataforma Licitanet, em conformidade com as condições abaixo descritas, os seguintes documentos:
- A.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinado pela empresa licitante e ainda por contador habilitado. Para efeitos de habilitação, não serão exigidos que os respectivos Balanços Patrimoniais e Demonstrações Contábeis estejam diretamente autenticados nas Juntas Comerciais ou órgãos de Registro Civil, observadas todas as demais formalidades previstas em lei:
- A.1.** As proponentes recém constituídas deverão apresentar balanço de Constituição;
 - A.2.** Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), apresentarão o Balanço e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;
 - A.3.** Os Microempreendedores Individuais – MEI, deverão entregar o recibo de entrega da Declaração Anual do Simples Nacional – DASN – SIMEI.

B. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura do certame.

C. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento do objeto licitado, o(s) atestado(s) apresentado(s) poderá ser diligenciado pela Comissão.” O atestado apresentado deve conter: dados do contratado e do contratante (razão social, endereço completo, CNPJ, e responsável pelas informações que assina o documento), identificação do objeto e local onde foram entregues.

29. OUTROS DOCUMENTOS

29.1. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declaração, conforme modelo constante no **Anexo II**, de que:

A. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** definidos no Edital;

B. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

C. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

D. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Caturai/GO, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

E. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

29.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

30. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

30.1. A proposta final do licitante habilitado e declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

A. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

B. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

C. Conter os dados pessoais do responsável pela assinatura da ata de registro de preços, devendo ser enviado cópia dos documentos pessoais e documento que comprove a representatividade.

30.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ARP e aplicação de eventual sanção administrativa à futura contratada, se for o caso.

30.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a futura contratada.

30.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

30.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

30.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet no site Licitanet, após a homologação.

31. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)

31.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER, com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

31.2. A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) em face dos demais itens do objeto da licitação.

31.3. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame licitatório, não sendo meio adequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.

31.4. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Pregoeiro(a) fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.

31.5. Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:

A. Seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;

B. Seja intempestiva;

C. Não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame; e/ou

D. Seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

31.6. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

31.7. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

31.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma Licitanet.

31.9. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Pregoeiro(a) por intermédio do e-mail licitacao@caturai.go.gov.br ou, nos dias úteis, pelos telefones (62) 3528 1130.

31.10. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do (a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

31.11. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

31.12. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

31.13. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Pregoeiro (a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

31.14. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:

A. Reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou

B. Manter inalterada a decisão recorrida.

31.15. Qualquer que seja a decisão do (a) Pregoeiro(a), o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à apreciação da Autoridade Superior (art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:

A. Decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do (a) Pregoeiro(a); OU

B. Determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

31.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

31.17. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente da Prefeitura Municipal de Caturai/GO para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

32. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

32.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

A. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

B. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ARP, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

32.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

32.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

33. ADJUDICAÇÃO

33.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a) e, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão do(s) recurso(s) apresentado(s).

34. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

34.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

34.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

34.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado. (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

34.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados. (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35. CONTRATAÇÃO

35.1. Nos termos do art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Instrumento da ARP poderá ser substituído por Nota de Empenho.

35.2. A nota de empenho conterá todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, bem como eventuais sanções aplicáveis nos casos de inadimplemento contratual, e servirá como instrumento da ARP, conforme disposto no art. 95, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

35.3. A Prefeitura Municipal de Caturai/GO enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da Ata de Registro de Preço.

35.4. Na hipótese de a licitante vencedora não aceitar a Ata de Registro de Preço, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis. (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35.5. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá: (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

a) Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;

b) Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

35.6. A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei. (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

35.7. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido. (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

35.8. Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital. (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

36. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

36.1. Efetuar os Pagamentos na forma e prazo estabelecido na cláusula quarta;

36.2. Proceder a conferência dos itens Homologados, de acordo com as exigências contidas no edital e anexos

37. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

37.1. Promover a entrega dos itens homologados a seu favor, de acordo com as Descrições e prazos determinados no Edital e seus anexos, independente ou não de sua Transcrição.

38. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

38.1. A entrega do(s) produto(s) será(ão) realizada(s) de forma única por nota de empenho, conforme especificações dos materiais e respectivas quantidades, de acordo com a descrição dos produtos contida no Anexo I - Termo de Referência, compatível com a proposta comercial apresentada e vinculada a Ata de Registro de preço, acompanhada de nota fiscal correspondente, a qual deverá ser preenchida com as especificações apresentadas na respectiva nota de empenho.

38.2. A entrega dos itens deverá ocorrer no prazo máximo de até (10) dez dias uteis após recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou requisição (que será encaminhada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor).

38.3. O local, e prazo de entrega estão definidos no Anexo V - Tabela de locais para a entrega dos produtos.

38.4. O recebimento será feito (art. 140, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

A. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais (art. 140, II, “a”); e

B. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, II, “b”).

C. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos e proposta vencedora.

38.5. Serão devolvidos os materiais que não atenderem as especificações exigidas no Anexo I - Termo de Referência e na proposta vencedora, vinculada a proposta comercial, para troca no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

38.6. Na hipótese da contratada não proceder às correções e/ou substituições dentro do prazo do item anterior, incidirá a penalidade de multa moratória, podendo, inclusive, culminar com a inexecução total da ARP.

39. LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

39.1. A contratada deverá entregar a Nota Fiscal no momento da entrega do produto contratado, sob pena de não recebimento, e as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na habilitação da licitação, ou as justificativas pela impossibilidade de apresentação das referidas certidões, além de outros documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência para liquidação e pagamento, em até 30 dias após a entrega do objeto contratado, sob pena de caracterizar a infração tipificada no art. 155, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

39.2. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

39.3. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo fiscal da ARP designado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, II, “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

39.4. O pagamento do objeto da presente licitação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, a partir do recebimento definitivo do objeto contratado, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133.

39.5. Nos termos do art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto contratado, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Prefeitura Municipal de Caturai/GO, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = encargos moratórios;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado:

$$I = (6/100/365);$$

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

39.6. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica dos contratos de fornecimento de bens.

40. REAJUSTE (art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

40.1. A princípio, os preços contratados são irrevogáveis. Entretanto, a nota de empenho decorrente da contratação poderá ser alterada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a partir da data da proposta, mediante negociação entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito, por ocorrência de fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecido, se for o caso.

40.2. Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data da proposta, de acordo com a fórmula estabelecida na minuta da Ata de Registro de Preço.

40.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive decorrente reajuste, deverá ser formulado durante a vigência da contratação e antes de eventual prorrogação.

40.4. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação. Na impossibilidade de renúncia ao reajuste, a contratada deverá encaminhar, juntamente com o pedido de reajuste, os respectivos cálculos do valor que entender devido antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, sob pena de preclusão do direito. Os cálculos apresentados serão submetidos à apreciação da unidade técnica do contratante para deliberação acerca da sua pertinência.

40.5. Na impossibilidade de encaminhar os cálculos antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação, a contratada, mediante justificativa a ser apreciada pelo contratante, poderá solicitar a inclusão de cláusula resguardando o direito de pleitear reequilíbrio até o término da vigência da subsequente prorrogação.

40.6. A Administração também deverá manifestar o interesse no reajuste antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual quando este for do seu interesse, a exemplo de ocorrência de índice negativo.

41. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

41.1. No caso de a licitante ou a contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa: Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da ARP;

II - dar causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total da ARP;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II – Multa de;

I – 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta inteiros por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), pelo atraso na entrega;

II – 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta inteiros por cento), sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução dos serviços;

III – 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta inteiros por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;

IV - 1% (um inteiro por cento) ao dia, limitado a 30% (trinta inteiros por cento), sobre o valor total do valor da garantia, pelo atraso na apresentação da garantia contratual, em caso de obrigação de apresentação da mesma;

III - Impedimento de licitar e contratar com a prefeitura municipal de Caturai/GO, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A. A sanção prevista no inciso I do será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

B. A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou da ARP, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ARP

licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

C. A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

D. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na letra C, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

41.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar a vencedora as sanções Administrativas previstas.

42.3. A sanção estabelecida no inciso IV precedida de análise jurídica e observará as regras previstas no § 6º inciso I e II da Lei 14.133/2021.

41.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do ART 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

41.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

41.6. A aplicação das sanções previstas no Art 156 da Lei 14.133/2021 deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

41.7. A recusa da licitante vencedora em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e neste Edital.

41.8. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

41.9. Qualquer forma de esclarecimento as notificações, resposta, justificativa, Defesa Administrativa ou outros que se fizerem necessários, deverão ser entregues, devidamente instruídas contendo a identificação da empresa, Assinatura, Razão Social, Telefone para contato, sob protocolo no Departamento de Licitações junto a pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Caturai/GO ou pelo endereço eletrônico licitacao@caturai.go.gov.br.

42. PROTEÇÃO DOS DADOS

42.1. Ao participar da presente licitação, as licitantes ficam cientes de que a Prefeitura Municipal de Caturai/GO, com base no previsto no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção da ARP, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da mesma lei.

42.2. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

42.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

42.4. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a contratada e seus representantes ficam cientes do acesso pelo contratante de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

43. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

43.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto deste pregão correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Prefeitura Municipal de Caturai/GO, para o Exercício de 2024, na Ação Orçamentária:

44. DISPOSIÇÕES FINAIS

44.1. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas na plataforma Licitanet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

44.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

44.3. A licitante deverá apresentar em sua proposta no mínimo 1 (um) e no máximo 3 (três) e-mail que serão reconhecidos como oficialmente de comunicação, entre Contratante e Contratado, onde serão encaminhados Requisições, NAD, Solicitação de esclarecimentos, Notificações extrajudiciais, justificativas, defesa Administrativa e/ou demais atos de comunicações oficiais que se fizerem necessários para o bom andamento, acompanhamento, fiscalização, gestão e demais atos relativos à Execução da ARP firmado. Os documentos deverão ser encaminhados, devidamente instruídos contendo Assinatura, Endereço, Razão Social e Telefone para contato.

44.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

44.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

44.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

44.7. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) e seus auxiliares proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

44.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

44.9. Os interessados/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas, não podendo alegar seu desconhecimento.

44.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

44.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

44.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

44.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

44.14. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão eletrônico.

44.15. A Prefeitura Municipal de Caturai/GO não se responsabilizará por eventuais danos causados à licitante, decorrentes do uso indevido da senha durante as transações efetuadas, ainda que por terceiros.

44.16. Caso qualquer documento apresentado pela licitante tenha sido emitido em língua estrangeira, este deverá estar acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente autenticado pela via consular ou registrado em cartório de títulos e documentos.

44.17. Se traduzido para a língua portuguesa no exterior, a tradução deverá ter sido efetuada por profissional qualificado, segundo as leis do país de origem e os documentos autenticados pela via consular.

45. ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE

45.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

45.2. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

45.3. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

A. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante (s) (se houver), cumulativamente;

B. Não exceder no total das adesões já realizadas, o dobro do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

45.4. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

A. Em até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

B. Apenas durante a vigência do presente ARP.

45.5. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo.



45.6. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

46. FORO

46.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Araçu/GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Caturai, 30 de abril de 2026.

Luiz Carlos de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente procedimento administrativo tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, dietas enterais e testes epidemiológicos, destinados ao atendimento das demandas das unidades de saúde do Município de Caturai/GO, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência..

2. JUSTIFICATIVA

O Fundo Municipal de Saúde de Caturai – GO vem, por meio deste, justificar a presente licitação, que tem por finalidade a aquisição de materiais farmacológicos, dietas enterais e testes epidemiológicos, a fim de suprir as demandas das unidades de saúde do município, no que se refere às ações de promoção, prevenção, reabilitação, bem como aos atendimentos de urgência e emergência dos pacientes.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à sua promoção, proteção e recuperação. Nesse contexto, ao se tratar da saúde como direito universal, incluem-se as responsabilidades atribuídas ao Município na prestação adequada desses serviços.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de manutenção do abastecimento contínuo das unidades de saúde municipais, considerando o consumo regular dos insumos farmacológicos e nutricionais utilizados nos atendimentos ambulatoriais, de urgência e emergência, bem como nos programas de assistência farmacêutica do município. A ausência dos referidos itens poderá comprometer a continuidade dos serviços públicos de saúde e causar prejuízos ao atendimento da população usuária do SUS.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E CUSTO

3.1. Serão adquiridos os seguintes materiais farmacológicos:

ITEM	NOME	QTD	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	ACEBROFILINA 10MG/ML - ADULTO	1000	FRASCO	R\$ 26,85	R\$ 26.850,00
2	ACEBROFILINA 5MG/ML - INFANTIL	1000	FRASCO	R\$ 26,68	R\$ 26.680,00
3	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10MG/G	1000	BISNAGAS	R\$ 14,83	R\$ 14.830,00
4	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 24,59	R\$ 24.590,00
5	ACICLOVIR 200MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,35	R\$ 3.500,00

6	ACICLOVIR 50MG/G - 10G	2000	UNIDADE	R\$ 3,37	R\$ 6.740,00
7	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	30000	COMPRIMIDOS/ CÁPSULAS	R\$ 0,24	R\$ 7.200,00
8	ÁCIDO FOLICO 5MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,14	R\$ 2.800,00
9	ÁCIDO FOLÍNICO 15MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,33	R\$ 34.950,00
10	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 4,55	R\$ 9.100,00
11	ÁCIDO VALPROICO 250MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,54	R\$ 10.800,00
12	ÁCIDO VALPROICO 500MG	35000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,94	R\$ 32.900,00
13	ÁCIDO VALPROICO 50MG/ML	600	FRASCO	R\$ 11,89	R\$ 7.134,00
14	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS - 200ML	500	UNIDADES	R\$ 7,39	R\$ 3.695,00
15	AGUA PARA INJETAVEIS 10 ML	10000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 0,51	R\$ 5.100,00
16	ALBENDAZOL 400MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 3,94	R\$ 78.800,00
17	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 40MG/ML - 10ML	5000	FRASCO	R\$ 3,87	R\$ 19.350,00
18	ALENDRONATO DE SODIO 10MG	1000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,04	R\$ 1.040,00
19	ALENDRONATO DE SODIO 70MG	4000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 6,22	R\$ 24.880,00
20	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, COM DENSIDADE CALÓRICA DE 1,5 CALORIAS POR MILILITRO E DISTRIBUIÇÃO DO VCT DE 15% PROTEÍNAS (58 G/L), 55% DE CARBOIDRATOS (200 G /L) E 30% DE LIPÍDEOS (50 G/L). A DE NITROGÊNIO DE 137:1.	7200	UNIDADES	R\$ 59,20	R\$ 426.240,00
21	ALOPURINOL 100MG	12000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,38	R\$ 4.560,00
22	ALOPURINOL 300MG	12000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,20	R\$ 14.400,00
23	ALPRAZOLAN 2MG	12000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,50	R\$ 18.000,00
24	AMBROXOL 15MG/5MG - INFANTIL	6000	FRASCO	R\$ 9,18	R\$ 55.080,00

25	AMBROXOL 30MG/5MG - ADULTO	6000	FRASCO	R\$ 11,36	R\$ 68.160,00
26	AMICACINA 250MG/ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 11,45	R\$ 22.900,00
27	AMINOFILINA 100MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,17	R\$ 510,00
28	AMINOFILINA 24MG/ML - 10ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 8,64	R\$ 8.640,00
29	AMIODARONA 200MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,15	R\$ 34.500,00
30	AMIODARONA 50 MG/ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 7,29	R\$ 7.290,00
31	AMITRIPTILINA 25MG	100000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,45	R\$ 45.000,00
32	AMITRIPTILINA 75MG	50000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,58	R\$ 79.000,00
33	AMOXICILINA + CLAVULANATO 500MG +125MG	25200	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 4,38	R\$ 110.376,00
34	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML	2000	FRASCO	R\$ 29,93	R\$ 59.860,00
35	AMOXICILINA 250MG/5ML - FRASCO 150ML	10000	FRASCO	R\$ 16,25	R\$ 162.500,00
36	AMOXICILINA 500MG	65000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,20	R\$ 78.000,00
37	AMPICILINA 1G	3000	FRASCO	R\$ 4,11	R\$ 12.330,00
38	ANLODIPINO 10MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,90	R\$ 57.000,00
39	ANLODIPINO 5MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,27	R\$ 8.100,00
40	ARIPRIPAZOL 15MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,48	R\$ 1.440,00
41	ATENOLOL 100MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,75	R\$ 22.500,00
42	ATENOLOL 50MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,22	R\$ 6.600,00
43	ATROPINA 10MG/ML - 5ML	100	FRASCO	R\$ 11,63	R\$ 1.163,00
44	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML	500	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 0,97	R\$ 485,00
45	AZITROMICINA 200 mg/5 mL	5000	FRASCO	R\$ 7,48	R\$ 37.400,00
46	AZITROMICINA 500MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,16	R\$ 23.200,00
47	AZTREONAM 1g	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 70,39	R\$ 140.780,00

48	BACLOFENO 10MG	5000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,78	R\$ 3.900,00
49	BENZILPENICILINA 1200.000 UI	10000	FRASCOS-AMPOLAS	R\$ 10,36	R\$ 103.600,00
50	BENZILPICILINA 600.00UI	5000	FRASCOS-AMPOLAS	R\$ 9,45	R\$ 47.250,00
51	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML - SUSPENSÃO ORAL	3000	FRASCO	R\$ 14,66	R\$ 43.980,00
52	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10 ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,27	R\$ 2.270,00
53	BIPERIDENO 2MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,78	R\$ 11.700,00
54	BIPERIDENO 4MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,40	R\$ 14.000,00
55	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML	2000	FRASCO	R\$ 5,71	R\$ 11.420,00
56	BROMOPRIDA 10MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,14	R\$ 22.800,00
57	BROMOPRIDA 10MG/2ML	5000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 1,32	R\$ 6.600,00
58	BROMOPRIDA 4MG/ML - 20ML	5000	FRASCO	R\$ 12,25	R\$ 61.250,00
59	BUDESONIDA 32MCG	2000	FRASCO	R\$ 20,42	R\$ 40.840,00
60	BUDESONIDA 50MCG	2000	FRASCO	R\$ 40,58	R\$ 81.160,00
61	BUDESONIDA 64MCG	2000	FRASCO	R\$ 31,49	R\$ 62.980,00
62	BUPROPIONA 150MG	18000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,66	R\$ 11.880,00
63	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 250MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,65	R\$ 19.500,00
64	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML - 1 ML	5000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,08	R\$ 10.400,00
65	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML - 5ML	20000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,10	R\$ 42.000,00
66	CAPTOPRIL 25MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,27	R\$ 8.100,00
67	CARBAMAZEPINA 200MG	90000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,34	R\$ 30.600,00
68	CARBAMAZEPINA 200MG - LIBERAÇÃO CONTROLADA	90000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,32	R\$ 28.800,00
69	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSP. ORAL 100ML	2000	FRASCO	R\$ 19,71	R\$ 39.420,00

70	CARBAMAZEPINA 400MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,36	R\$ 54.400,00
71	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 1.250 mg (equivalente a 500 mg de cálcio elementar) + 200 UI	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,82	R\$ 16.400,00
72	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 1.500 mg (equivalente a 600 mg de cálcio elementar) + 400 U	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,47	R\$ 9.400,00
73	CARBONATO DE CALCIO 1250MG (equivalente a 500 mg de cálcio elementar)	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,77	R\$ 15.400,00
74	CARBONATO DE LITIO 300MG	50000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,80	R\$ 40.000,00
75	CARVAO VEGETAL ATIVADO EM PÓ - 500G	20	UNIDADES	R\$ 36,07	R\$ 721,40
76	CARVEDILOL 3,125MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,31	R\$ 3.100,00
77	CARVEDILOL 6,25MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,31	R\$ 4.650,00
78	CAVERDILOL 12,5MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,43	R\$ 8.600,00
79	CAVERDILOL 25MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,69	R\$ 20.700,00
80	CEFALEXINA 500MG	50000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,21	R\$ 60.500,00
81	CEFALEXINA 50MG/ML	10000	FRASCO	R\$ 17,80	R\$ 178.000,00
82	CEFAZOLINA SODICA 1G	4000	FRASCO	R\$ 10,22	R\$ 40.880,00
83	CEFEPIMA 1G	2000	FRASCO	R\$ 9,37	R\$ 18.740,00
84	CEFTRIAXONA 1G - EV/IM	30000	FRASCO	R\$ 10,46	R\$ 313.800,00
85	CEFTRIAXONA 500MG - EV/IM	15000	FRASCO	R\$ 12,99	R\$ 194.850,00
86	CETOCONAZOL 20 MG/ML (2%) - XAMPU	500	UNIDADES	R\$ 14,61	R\$ 7.305,00
87	CETOCONAZOL 200MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,59	R\$ 1.770,00
88	CETOCONAZOL 20MG/G	1000	BISNAGAS	R\$ 12,08	R\$ 12.080,00
89	CETOCONAZOL 20MG/G + BETAMETASONA 0,5MG/G 30G	2000	BISNAGAS	R\$ 12,43	R\$ 24.860,00

90	CETOPROFENO 150mg	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,75	R\$	10.500,00
91	CETOPROFENO 50MG/ML - 2ML	10000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	3,26	R\$	32.600,00
92	CIANOCOBALAMINA 1.000MCG 1ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	4,39	R\$	4.390,00
93	CILOSTAZOL 50MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,48	R\$	2.880,00
94	CIMETIDINA 150MG/ML 2ML	10000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	2,72	R\$	27.200,00
95	CINARIZINA 25MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,45	R\$	4.500,00
96	CIPROFLOXACINO 2MG/ML - 100mL	3000	BOLSAS/FRASCOS	R\$	8,47	R\$	25.410,00
97	CIPROFLOXACINO 500MG	33600	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,33	R\$	44.688,00
98	CITALOPRAM 20MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	3,15	R\$	63.000,00
99	CLINDAMICINA 150MG/ML - 4ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	5,78	R\$	11.560,00
100	CLONAZEPAM 2,5MG/ML - 20ML - SOLUÇÃO ORAL	10000	FRASCO	R\$	3,38	R\$	33.800,00
101	CLONAZEPAM 2MG	60000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,43	R\$	85.800,00
102	CLONIDINA CLORIDRATO 0,10MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,28	R\$	840,00
103	CLONIDINA CLORIDRATO 0,15MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,38	R\$	1.140,00
104	CLOPIDOGREL 75MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,77	R\$	35.400,00
105	CLORETO DE POTASSIO 10% - 10ML	2400	AMPOLAS-FRASCO	R\$	1,50	R\$	3.600,00
106	CLORETO DE SÓDIO 20% - 10ML	4000	FRASCO	R\$	0,61	R\$	2.440,00
107	CLORETO DE SÓDIO 9 MG/ML (0,9%) SOLUÇÃO NASAL	2000	FRASCO	R\$	1,42	R\$	2.840,00
108	CLORIDRATO DE BENOXINATO 0,4% (OXIBUPROCAÍNA)	50	FRASCO	R\$	23,69	R\$	1.184,50
109	CLORIDRATO DE ESCETAMINA 50MG/ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	19,83	R\$	19.830,00
110	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 0,5%	50	FRASCO	R\$	14,71	R\$	735,50
111	CLORPROMAZINA 100MG	50000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,90	R\$	45.000,00

112	CLORPROMAZINA 25MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,56	R\$ 8.400,00
113	CLORPROMAZINA 25MG/5ML	500	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 5,58	R\$ 2.790,00
114	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6 U/g + 0,01 g/g - 30G	6000	UNIDADES	R\$ 16,51	R\$ 99.060,00
115	COLAGENASE 0,6 U/g - 30G	1000	UNIDADES	R\$ 19,52	R\$ 19.520,00
116	COLCHICINA 0,5 MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,08	R\$ 10.800,00
117	COMPLEXO B	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,19	R\$ 3.800,00
118	COMPLEXO B - SOLUÇÃO INJETÁVEL	30000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 1,58	R\$ 47.400,00
119	COMPOSTO LÁCTEO EM PÓ, ADICIONADO DE VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS, SEM GLÚTEN, ZERO LACTOSE. SEM SABOR. INDICAÇÃO PARA ADULTOS ACIMA DE 50 ANOS E IDOSOS. LATA 740G. MARCAS DE REFERÊNCIA: NUTREN SENIOR (NESTLÉ), FORTIFIT PRO (NUTRICIA), SUSTAGEM SÊNIOR – OU EQUIVALENTE, SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE NOS TERMOS DO ART. 41, III, DA LEI 14.133/2021	432	LATAS	R\$ 193,89	R\$ 83.760,48
120	CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO - PLACA 10 X 20CM	500	UNIDADES	R\$ 14,64	R\$ 7.320,00
121	CURATIVO DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA 10X20CM	200	UNIDADES	R\$ 25,60	R\$ 5.120,00
122	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML (50MG/mL)	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 4,76	R\$ 9.520,00
123	DESLANOSIDEO 0,2MG/ML 2ML	500	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 3,44	R\$ 1.720,00
124	DEXAMETASONA 1 mg/g (0,1%)	5000	UNIDADES	R\$ 1,87	R\$ 9.350,00
125	DEXAMETASONA 4MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,49	R\$ 4.900,00
126	DEXAMETASONA 4MG/ML - 2,5ML	25000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,05	R\$ 51.250,00
127	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML - 120 ML	2000	FRASCO	R\$ 4,23	R\$ 8.460,00
128	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	2000	FRASCO	R\$ 2,20	R\$ 4.400,00
129	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2MG	25000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,71	R\$ 67.750,00
130	DIAZEPAM 5MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,87	R\$ 26.100,00

131	DIAZEPAM 5MG/ML - 2ML	15000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,27	R\$ 34.050,00
132	DIAZEPAN 10MG	100000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,46	R\$ 46.000,00
133	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML	20000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,21	R\$ 44.200,00
134	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,31	R\$ 12.400,00
135	DIGOXINA 0,25MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,41	R\$ 2.460,00
136	DIMENIDRINATO 3MG/ML+PIRIDOXINA 5MG/ML+ GLICOSE 100MG/ML+FRUTOSE 100MG/ML - 10ML	6000	FRASCOS/AMPOLAS	R\$ 14,40	R\$ 86.400,00
137	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 35MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 9,47	R\$ 28.410,00
138	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 70MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 11,75	R\$ 35.250,00
139	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,49	R\$ 44.700,00
140	DIPIRONA 500MG	130000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,36	R\$ 46.800,00
141	DIPIRONA 500MG/ML - 2ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	25000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 1,60	R\$ 40.000,00
142	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	15000	FRASCO	R\$ 7,15	R\$ 107.250,00
143	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG/DOSE - 200 DOSES	2000	FRASCO	R\$ 32,70	R\$ 65.400,00
144	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 5MG + 2MG	10000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 12,61	R\$ 126.100,00
145	DOBUTAMINA 12,5MG/ML - 20ML	100	FRASCOS AMPOLAS	R\$ 16,83	R\$ 1.683,00
146	DOPAMINA 5MG/ML - 10ML	200	FRASCOS AMPOLAS	R\$ 6,29	R\$ 1.258,00
147	DOXAZOSINA 2MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,39	R\$ 7.800,00
148	DOXAZOSINA 4MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,67	R\$ 13.400,00
149	DULOXETINA 30MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,34	R\$ 46.800,00
150	DULOXETINA 60MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,98	R\$ 89.400,00

151	ENALAPRIL, MALEATO 10MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,13	R\$ 3.900,00
152	ENALAPRIL, MALEATO 20MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,27	R\$ 8.100,00
153	ENALAPRIL, MALEATO 5MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,19	R\$ 5.700,00
154	ENOXAPARINA 60MG/ML	2000	UNIDADES	R\$	24,67	R\$ 49.340,00
155	ENOXOPARINA 40MG/ML	2000	UNIDADES	R\$	27,59	R\$ 55.180,00
156	EPINEFRINA 1MG/ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	2,23	R\$ 6.690,00
157	ESCITALOPRAM 20MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,67	R\$ 26.800,00
158	ESOMEPRAZOL 20MG	5600	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,62	R\$ 3.472,00
159	ESOMEPRAZOL 40MG	5600	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	3,10	R\$ 17.360,00
160	ESPIRONOLACTONA 100MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,43	R\$ 42.900,00
161	ESPIRONOLACTONA 25MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,59	R\$ 17.700,00
162	ESPIRONOLACTONA 50MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,00	R\$ 30.000,00
163	ESTEARATO DE ERITROMICINA 500MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	2,18	R\$ 6.540,00
164	ESTEARATO DE ERITROMICINA 50MG/ML	1000	FRASCO	R\$	16,46	R\$ 16.460,00
165	ETILEFRINA CLORIDRATO 10MG/ML - 1ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	2,31	R\$ 2.310,00
166	ETOMIDATO 2MG/ML - 10ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	16,54	R\$ 16.540,00
167	FENITOÍNA 100MG	60000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,64	R\$ 38.400,00
168	FENITOINA SODICA 50MG/ML - 5 ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	4,65	R\$ 9.300,00
169	FENOBARBITAL 100 MG/ML - 2ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	4,42	R\$ 8.840,00
170	FENOBARBITAL 100MG	60000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,32	R\$ 19.200,00
171	FENOBARBITAL 40MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	3000	FRASCO	R\$	8,63	R\$ 25.890,00
172	FENTANILA 50MCG/ML - 10ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	5,17	R\$ 15.510,00

173	FINASTERIDA 5MG	12000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,28	R\$ 15.360,00
174	FLUCONAZOL 150MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,17	R\$ 17.550,00
175	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML 5ML	200	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 14,15	R\$ 2.830,00
176	FLUOXETINA 20MG	60000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,44	R\$ 86.400,00
177	FUROSEMIDA 10MG/ML - 2ML	6000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 4,08	R\$ 24.480,00
178	FUROSEMIDA 40MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,28	R\$ 51.200,00
179	GABAPENTINA 300 MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,09	R\$ 31.350,00
180	GENTAMICINA 80MG/2ML	6000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 3,83	R\$ 22.980,00
181	GLIBENCLAMIDA 5MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,54	R\$ 21.600,00
182	GLICAZIDA 30MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,48	R\$ 44.400,00
183	GLICAZIDA 60MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,15	R\$ 64.500,00
184	GLICONATO DE CALCIO 10% - 10 ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 5,15	R\$ 10.300,00
185	GLICOSE 25% - 10ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,21	R\$ 6.630,00
186	GLICOSE 50% - 10ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 3,58	R\$ 10.740,00
187	GUACO (Mikania glomerata Spreng.) - XAROPE	2000	FRASCO	R\$ 2,84	R\$ 5.680,00
188	HALOPERIDOL 1MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,72	R\$ 4.320,00
189	HALOPERIDOL 5MG	70000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,55	R\$ 108.500,00
190	HALOPERIDOL 5MG/ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 7,08	R\$ 21.240,00
191	HEPARINA 5000UI/0,25ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 9,07	R\$ 27.210,00
192	HIDRALAZINA 20MG/ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 7,71	R\$ 23.130,00
193	HIDRALAZINA 25MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,49	R\$ 29.800,00
194	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	60000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,09	R\$ 65.400,00
195	HIDROCORTISONA 10 MG/ML + SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML +	500	UNIDADES	R\$ 13,74	R\$ 6.870,00

	SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML - SUSPENSÃO OTOLÓGICA				
196	HIDROCORTISONA 100MG	7000	FRASCO	R\$ 3,38	R\$ 23.660,00
197	HIDROCORTISONA 500MG	15000	FRASCO	R\$ 5,53	R\$ 82.950,00
198	HIDROGEL AMORFO COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO - 85G	1000	UNIDADES	R\$ 14,61	R\$ 14.610,00
199	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML	2000	FRASCO	R\$ 3,71	R\$ 7.420,00
200	IBUPROFENO 300MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,59	R\$ 11.800,00
201	IBUPROFENO 50MG/ML	5000	FRASCO	R\$ 3,54	R\$ 17.700,00
202	IBUPROFENO 600MG	50000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,10	R\$ 55.000,00
203	ISOSSORBIDA 40MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,83	R\$ 8.300,00
204	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG - SUBLINGUAL	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,98	R\$ 9.800,00
205	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,52	R\$ 7.800,00
206	IVERMECTINA 6MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,44	R\$ 48.800,00
207	LACTULOSE 667MG/ML - 120ML	3000	FRASCO	R\$ 8,86	R\$ 26.580,00
208	LAMOTRIGINA 100 MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,74	R\$ 16.440,00
209	LEVITIRACETAM 500MG	5000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 4,43	R\$ 22.150,00
210	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,71	R\$ 40.650,00
211	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 5,75	R\$ 86.250,00
212	LEVODOPA 200 MG + CARBIDOPA 50 MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,89	R\$ 43.350,00
213	LEVOFLOXACINO 5MG/ML - 150ML	2000	BOLSAS/FRASCOS	R\$ 10,87	R\$ 21.740,00
214	LEVONORGESTREL 0,75MG	2000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,64	R\$ 5.280,00
215	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRDIOL 0,03MG	1000	CARTELAS	R\$ 1,56	R\$ 1.560,00
216	LEVOTIROXINA 100 MCG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,31	R\$ 6.200,00

217	LEVOTIROXINA 12,5 MCG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,12	R\$ 2.400,00
218	LEVOTIROXINA 25 MCG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,32	R\$ 6.400,00
219	LEVOTIROXINA 50 MCG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
220	LIDOCAINA 20MG/ML (2%) - 20ml	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 5,31	R\$ 5.310,00
221	LIDOCAINA 20MG/ML (2%) + EPINEFRINA 1:200.000 (20 mcg/mL) - 20ML	1000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 6,53	R\$ 6.530,00
222	LIDOCAINA GEL 20MG/G (2%) - USO TÓPICO	2000	UNIDADES	R\$ 5,15	R\$ 10.300,00
223	LORATADINA 10MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,33	R\$ 93.200,00
224	LORATADINA 1MG/ML - XAROPE	3000	FRASCO	R\$ 3,99	R\$ 11.970,00
225	LOSARTANA POTASSIO 50MG	70000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,15	R\$ 10.500,00
226	MEROPENEM 1G	3000	FRASCO	R\$ 14,71	R\$ 44.130,00
227	METFORMINA 500MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,36	R\$ 14.400,00
228	METFORMINA 500MG - LIBERAÇÃO CONTROLADA	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,47	R\$ 18.800,00
229	METFORMINA 850 MG - LIBERAÇÃO CONTROLADA	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,20	R\$ 48.000,00
230	METFORMINA 850MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,51	R\$ 20.400,00
231	METILDOPA 250MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,36	R\$ 40.800,00
232	METILERGOMETRINA 0,2 MG/ML 1ML	200	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,94	R\$ 588,00
233	METILFENIDATO 10MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,32	R\$ 26.400,00
234	METILPREDNISOLONA 125MG/ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 8,43	R\$ 16.860,00
235	METOCLOPRAMIDA 10MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,24	R\$ 4.800,00
236	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML	5000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 1,19	R\$ 5.950,00
237	METOPROLOL 100MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,23	R\$ 66.900,00
238	METOPROLOL 25MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,91	R\$ 27.300,00

239	METOPROLOL 50MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,21	R\$ 36.300,00
240	METRONIDAZOL 5 MG/ML - 100ml	1000	BOLSAS/FRASCOS	R\$ 4,25	R\$ 4.250,00
241	METRONIDAZOL 100MG/G (10%) - GEL VAGINAL	2000	UNIDADES	R\$ 5,53	R\$ 11.060,00
242	METRONIDAZOL 250MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,49	R\$ 9.800,00
243	MICONAZOL, NITRATO 20MG/G (2%)	3000	UNIDADES	R\$ 9,01	R\$ 27.030,00
244	MICONAZOL, NITRATO 20MG/G (2%) - CREME VAGINAL	2000	UNIDADES	R\$ 8,20	R\$ 16.400,00
245	MIDAZOLAM 5MG/ML - 10ML	3000	FRASCOS-AMPOLAS	R\$ 5,82	R\$ 17.460,00
246	MIRTAZAPINA 15MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,51	R\$ 15.060,00
247	MORFINA 10MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,59	R\$ 7.770,00
248	MORFINA 10MG/ML - 1ML	5000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 6,15	R\$ 30.750,00
249	NALOXONA CLORIDRATO 0,4 mg/ml	200	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 10,10	R\$ 2.020,00
250	NIFEDIPINO 20MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,79	R\$ 31.600,00
251	NIMESULIDA 100MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,54	R\$ 21.600,00
252	NIMESULIDA 50mg/ml - SOLUÇÃO ORAL	4000	FRASCO	R\$ 2,61	R\$ 10.440,00
253	NISTATINA 100.000UI/ML - SUSPENSÃO ORAL	3000	FRASCO	R\$ 6,46	R\$ 19.380,00
254	NISTATINA 25.000UI/G - CREME VAGINAL	3000	UNIDADES	R\$ 7,37	R\$ 22.110,00
255	NITROFURANTOÍNA 100MG	20000	CAPSULAS	R\$ 0,44	R\$ 8.800,00
256	NOREPINEFRINA 2 MG/ML - 4ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 3,44	R\$ 10.320,00
257	NORETISTERONA 0,35MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,58	R\$ 3.480,00
258	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 25MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,75	R\$ 15.000,00
259	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 50MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,77	R\$ 35.400,00
260	OCITOCINA 5UI/ML	200	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 5,86	R\$ 1.172,00
261	OLEO MINERAL - 100mL	1000	FRASCO	R\$ 6,55	R\$ 6.550,00

262	OMEPRAZOL 20MG	79968	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,08	R\$	86.365,44
263	OMEPRAZOL 40MG/ML	6000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	7,88	R\$	47.280,00
264	ONDANSETRONA 4MG/ML - 2 ML	30000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	1,60	R\$	48.000,00
265	ONDANSETRONA 4MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,55	R\$	11.000,00
266	ONDANSETRONA 8MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,75	R\$	22.500,00
267	OXIBUTININA, CLORIDRATO 5MG	3000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,45	R\$	4.350,00
268	PANTOPRAZOL 40MG	5600	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,74	R\$	4.144,00
269	PARACETAMOL 200MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	10000	FRASCO	R\$	2,73	R\$	27.300,00
270	PARACETAMOL 500MG	60000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,40	R\$	24.000,00
271	PERICIAZINA 40MG/ML - 20ML	200	FRASCO	R\$	26,89	R\$	5.378,00
272	PERMETRINA 50MG/ML (5%) - LOÇÃO CREMOSA	5000	FRASCO	R\$	12,94	R\$	64.700,00
273	PIPERACILINA SÓDICA 4G + TAZOBACTAM SÓDICO 500MG	3000	FRASCO	R\$	16,14	R\$	48.420,00
274	PREDNISOLONA 3MG/ML	3000	FRASCO	R\$	7,68	R\$	23.040,00
275	PREDNISOLONA 10MG/ML - 5ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	13,00	R\$	39.000,00
276	PREDNISONA 20MG	40000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,93	R\$	37.200,00
277	PREDNISONA 5MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,46	R\$	9.200,00
278	PREGABALINA 150MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	3,01	R\$	90.300,00
279	PREGABALINA 75MG	50000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	1,71	R\$	85.500,00
280	PROMETAZINA 25MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,43	R\$	8.600,00
281	PROMETAZINA 25MG/ML - 2ML	6000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	4,58	R\$	27.480,00
282	PROPATILNITRATO 10MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,88	R\$	8.800,00
283	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,30	R\$	9.000,00

284	QUETIAPINA 100MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,17	R\$ 13.020,00
285	QUETIAPINA 200MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 3,51	R\$ 21.060,00
286	QUETIAPINA 25MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,60	R\$ 15.600,00
287	RIFAMICINA SV SÓDICA 10MG/ML	300	FRASCO	R\$ 8,62	R\$ 2.586,00
288	RISPERIDONA 1MG/ML- 30ML	500	FRASCO	R\$ 14,34	R\$ 7.170,00
289	RISPERIDONA 2MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,40	R\$ 2.400,00
290	RISPERIDONA 3MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,02	R\$ 6.120,00
291	RIVAROXABANA 10MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,07	R\$ 12.420,00
292	RIVAROXABANA 15MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,69	R\$ 16.140,00
293	RIVAROXABANA 20MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 3,30	R\$ 19.800,00
294	SACARATO DE ÓXIDO FERRICO 100MG/5ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 11,74	R\$ 23.480,00
295	SACCHAROMYCES BOULARDI 100MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,32	R\$ 13.920,00
296	SACCHAROMYCES BOULARDI 200MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 3,43	R\$ 20.580,00
297	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 27,9	5000	ENVELOPES	R\$ 0,81	R\$ 4.050,00
298	SALBUTAMOL 100MCG/DOSE - AEROSOL	3000	UNIDADES	R\$ 13,01	R\$ 39.030,00
299	SALBUTAMOL 50 MCG/ML	3000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 13,82	R\$ 41.460,00
300	SEMAGLUTIDA 1,34 MG/ML - 3ML	100	UNIDADES	R\$ 756,55	R\$ 75.655,00
301	SERTRALINA 100MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 4,06	R\$ 121.800,00
302	SERTRALINA 50MG	60000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 3,17	R\$ 190.200,00
303	SIMETICONA 40MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,52	R\$ 10.400,00
304	SIMETICONA 75 MG/ML - 15ML	1000	FRASCO	R\$ 1,71	R\$ 1.710,00
305	SINVASTATINA 10MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,29	R\$ 8.700,00

306	SINASTATINA 20MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,30	R\$	9.000,00
307	SINASTATINA 40MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,41	R\$	12.300,00
308	SOLUÇÃO DE MANITOL 20% - 250ML	300	FRASCO	R\$	11,87	R\$	3.561,00
309	SOLUÇÃO DE RINGER LACTATO - 500ML SISTEMA FECHADO	10000	FRASCOS/BOLSAS	R\$	9,65	R\$	96.500,00
310	SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES - 500ML SISTEMA FECHADO	5000	FRASCOS/BOLSAS	R\$	9,60	R\$	48.000,00
311	SORO CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 100ML SIST. FECHADO	60000	FRASCOS/BOLSAS	R\$	2,80	R\$	168.000,00
312	SORO CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 250ML SIST.FECHADO	60000	FRASCOS/BOLSAS	R\$	3,75	R\$	225.000,00
313	SORO CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 500ML SIST.FECHADO	40000	FRASCOS/BOLSAS	R\$	4,09	R\$	163.600,00
314	SORO GLICERINADO 12% 500 ML C/ EXTENSOR	240	FRASCO	R\$	9,48	R\$	2.275,20
315	SORO GLICOSADO 5% - 250ML	5000	FRASCOS/BOLSAS	R\$	5,82	R\$	29.100,00
316	SORO GLICOSADO 5% - 500ML	10000	FRASCOS/BOLSAS	R\$	7,21	R\$	72.100,00
317	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G - 400G	500	UNIDADES	R\$	43,50	R\$	21.750,00
318	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G - 30G	1000	BISNAGA	R\$	4,53	R\$	4.530,00
319	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPINA 80MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,45	R\$	9.000,00
320	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML +TRIMETOPINA 8MG/ML	1000	FRASCO	R\$	4,52	R\$	4.520,00
321	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% - 10 ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$	2,11	R\$	4.220,00
322	SULFATO DE NEOMICINA+ BACITRACINA ZÍNICA 5MG +250UI/G - 10G	10000	UNIDADES	R\$	3,14	R\$	31.400,00
323	SULFATO FERROSO 25MG/ML - 30 ML	2000	FRASCO	R\$	1,34	R\$	2.680,00
324	SULFATO FERROSO 40MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$	0,43	R\$	12.900,00
325	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, DESENVOLVIDO PARA CONTROLE DE GLICEMIA, HIPERPROTEICO, CONTÉM CARBOIDRATO DE LENTA ABSORÇÃO, FIBRAS, ÔMEGA 3. ISENTA DE SACAROSE E ZERO GLÚTEN. LATA 800G. MARCAS DE REFERÊNCIA:	200	LATAS	R\$	188,18	R\$	37.636,00

	GLUCERNA SR (ABBOTT), NUTREN FORTIFY (NESTLÉ).				
326	SUXAMETÔNIO 100MG	2000	FRASCOS/AMPOLAS	R\$ 20,38	R\$ 40.760,00
327	SUXAMETÔNIO 500MG	2000	FRASCOS/AMPOLAS	R\$ 27,87	R\$ 55.740,00
328	TENOXICAM 20 MG/ML 2 ML HOSPITAL	20000	FRASCO	R\$ 10,90	R\$ 218.000,00
329	TENOXICAM 40 MG/ML 2 ML HOSPITAL	20000	FRASCO	R\$ 11,25	R\$ 225.000,00
330	TIAMINA, CLORIDRATO 300MG	10000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,59	R\$ 5.900,00
331	TOPIRAMATO 50MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,97	R\$ 17.820,00
332	TRAMADOL CLORIDRATO 50MG	30000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00
333	TRAMADOL CLORIDRATO 100MG/2ML - 2ML	20000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 1,48	R\$ 29.600,00
334	TRAMADOL CLORIDRATO 50MG/ML	20000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,05	R\$ 41.000,00
335	TRAZODONA 50MG	6000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,46	R\$ 8.760,00
336	VANCOMICINA 500MG	2000	FRASCO	R\$ 9,51	R\$ 19.020,00
337	VARFARINA SODICA 5MG	15000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 0,75	R\$ 11.250,00
338	VENLAFAXINA 75MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 1,78	R\$ 35.600,00
339	VITAMINA C 100MG/ML 5ML	25000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 1,17	R\$ 29.250,00
340	VITAMINA K 10MG/ML 1ML	2000	AMPOLAS-FRASCO	R\$ 2,76	R\$ 5.520,00
341	ZOLPIDEM 10MG	20000	COMPRIMIDOS/CÁPSULAS	R\$ 2,37	R\$ 47.400,00
342	STRYPHODENDRON ADSTRINGENS (MART.) COVILLE - EXTRATO SECO 50%	200	BISNAGA	R\$ 73,71	R\$ 14.742,00

3.2. Os bens objeto desta contratação possuem natureza comum, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. O custo estimado total da contratação é R\$ 11.103.603,52 (onze milhões e cento e três mil seiscentos e três reais cinquenta e dois centavos).

3.4. Julgamento por item visando maior competitividade

3.5. A pesquisa de preços foi realizada mediante consulta ao Banco de Preços, Paineis de Preços do Governo Federal, contratos administrativos e atas de registro de preços de órgãos públicos, observando-se os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Os preços apresentados na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, seguros, carga, transporte, descarga, embalagens, tributos, vencimentos e vantagens, encargos sociais e trabalhistas, lucros e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem sobre o fornecimento dos produtos.

3.7. A proposta de preços possui validade mínima de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da sua apresentação.

3.8. Os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico de consumo das unidades de saúde municipais nos últimos 12 meses, acrescidos de margem de segurança destinada à manutenção do estoque mínimo e atendimento de demandas extraordinárias

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O pedido será realizado parcelado conforme a demanda.

4.2. A empresa contratada terá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para efetuar a entrega total dos itens após emissão da ORDEM DE FORNECIMENTO pelo departamento de compras. No caso de descumprimento do prazo, a Fiscal de Contrato irá conduzir uma notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação.

4.3. A entrega deverá ser realizada no local indicado na Ordem de Fornecimento.

4.3.1. O endereço acima disposto poderá ser alterado sem qualquer ônus à contratante.

4.4. Os bens serão recebidos apenas entre 7:30 às 10:30 horas ou das 13:30 às 16:30, dos endereços acima apontados.

4.5. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% de seu prazo total de validade vigente na data da entrega.

4.6. A contratada deverá garantir a validade dos produtos durante todo o período mínimo exigido no ato da entrega.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6. GESTÃO CONTRATUAL

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ARP, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura da ARP ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6.** A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ARP, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.7.** O fiscal técnico da ARP acompanhará a execução da ARP, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8.** O fiscal técnico da ARP anotará no histórico de gerenciamento da ARP todas as ocorrências relacionadas à execução da ARP, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ARP emitirá notificações para a correção da execução da ARP, determinando prazo para a correção.
- 6.10.** O fiscal técnico da ARP informará ao gestor da ARP, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ARP nas datas aprazadas, o fiscal técnico da ARP comunicará o fato imediatamente ao gestor da ARP.
- 6.12.** O fiscal técnico da ARP deverá comunicar ao gestor da ARP, em tempo hábil, o término da ARP sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.13.** O fiscal administrativo da ARP verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da ARP atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ARP para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.15.** O fiscal administrativo da ARP comunicará ao gestor da ARP, em tempo hábil, o término da ARP sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.16. O gestor da ARP coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ARP contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ARP, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ARP para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor da ARP acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18. O gestor da ARP acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ARP, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ARP e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. O gestor da ARP emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20. O gestor da ARP tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. O gestor da ARP deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor da ARP deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da ARP

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do objeto

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo consignado neste documento, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere-se à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ARP.

7.2. Liquidação

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: **prazo de validade; a data da emissão; os dados da ARP e do órgão contratante; o período respectivo de execução da ARP; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.**

7.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5 A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação.

7.2.6 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ARP, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3. Prazo para pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço através do Sistema de Registro de Preços (SRP).

8.2. Habilitação jurídica

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.3 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.4 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.2.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 Regularidade fiscal e trabalhista

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.9 O Registro de Produto emitido pela ANVISA (quando aplicável) ou Notificação Simplificada emitida pela ANVISA, quando o produto estiver dispensado de Registro. (Poderá ser apresentado através de documento impresso oriundo do site da ANVISA, que posteriormente será verificado sua autenticidade pela internet, cópia autenticada ou original do certificado de registro ou Notificação Simplificada original ou, ainda, cópia autenticada ou Original da publicação do registro ou

Notificação Simplificada no Diário Oficial da União). Os documentos listados neste item não serão exigidos para os itens onde forem licitados produtos manipulados (oficinais/magistrais), no entanto, os mesmos deverão atender às exigências e normativas da RDC nº 67, de 08.10.2007, no que couber ao produto cotado.

8.3.10 Apresentar a autorização de funcionamento AFE, compatível com os itens cotados .

8.3.11 Para atendimento a este critério habilitatório, as licitantes que cotarem medicamentos manipulados, deverão comprovar que na Licença/Alvará esteja registrada a permissão da manipulação da forma farmacêutica relativa aos objetos desta licitação.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ARP ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Entregar ao setor responsável pela fiscalização da ARP, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 5) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da ARP;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal da ARP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução da ARP, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ARP e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;
- 10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 10.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.2. Dentro do prazo de vigência da ARP e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo de um ano contados da assinatura da ARP, aplicando-se o índice INPC.
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, será contados da data do orçamento estimado da contratação.
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por Apostilamento.

11.8. Durante a vigência da ARP, caso ocorra algum fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, que causem o desequilíbrio econômico financeiro da ARP, a contratada poderá pleitear o reequilíbrio da ARP.

11.9. O Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

11.10. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial ressalvado as condições relativas às supressões, que poderão exceder este limite, conforme previsto artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021

12. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

12.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme disposto da Lei 14.133/2021.

13.1.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da ARP;

II - dar causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total da ARP;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou da ARP, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ARP licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.1.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.1.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; Página 56 de 103

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

13.1.5. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.1.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.1.7. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

13.1.8. O atraso injustificado na execução da ARP sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

13.1.9. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

ANEXO II –



MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA DE CUMPRIMENTOS E CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES CONTIDAS EM EDITAL

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada à, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico n.º 014/2026, declara, sob as penas da lei, que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- d. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Caturai/GO, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- e. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Local e data.

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço: Bairro: CEP: Cidade:

Email:

Telefone:

Processo nº: 1515/2026

Modalidade: Pregão 014/2026

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço/Unitário.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BASICA, HOSPITAL MUNICIPAL, UBS'S E DE MANDADO JUDICIAIS NO MUNICIPIO DE CATURAI.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1. Valor Global da Proposta: R\$ *****,** (Em algarismo e por extenso).

2. Prazo para Fornecimento dos itens: Os produtos serão entregues no prazo máximo de até (10) dez dias após recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou requisição.

3. Local de Entrega: O local de entrega será determinado em requisição pela secretaria demandante.

4. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura deste pregão;

5. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preço: A presente ARP tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos permitidos no art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

DADOS BANCARIO:

-Conta Bancária nº:

-Agência nº

-Banco:

_____/____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ

Representante Legal

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO: 1515/2026

TIPO: MENOR PREÇO / UNITÁRIO

SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATURAI-GOIAS, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na _____, Caturai de Goiás -GO, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. _____, neste ato representado por seu (sua) gestor (a) a _____, neste ato denominado doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dos produtos apresentados pela empresa _____, portadora do CNPJ/MF sob o nº _____, localizada na cidade de _____, Estado de _____, neste ato, representada pelo Sr. (a) _____ devidamente qualificado nos autos de processo licitatório, classificada em primeiro lugar, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, II, 78, IV, e 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 061/2023, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de preço para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BASICA, HOSPITAL MUNICIPAL, UBS'S E DE MANDADO JUDICIAIS NO MUNICIPIO DE CATURAI, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 014/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações, marcas/modelos quantitativos foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, sendo as que seguem:

Item	Qtde	Und	Marca	Descrição	P.Unit	P.Total

2.2. Fornecedor registrado em 1º lugar, vencedor dos produtos conforme resultado obtido na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, com o valor total estimado de R\$._____ (_____).

2.3. O fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço,

a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP, além do Termo de Referência, proposta comercial apresentada, independente de transcrição, e que devem ser totalmente observados e cumpridos todas as condições gerais de execução do objeto;

3. CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

3.1. Conforme consta no ANEXO ARP, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, VII, e § 5º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

3.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

3.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

3.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

4. VIGÊNCIA DA ARP

4.1. A presente ARP tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos permitidos no art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. A prorrogação dependerá de demonstração da vantajosidade econômica, concordância do fornecedor e manutenção das condições que fundamentaram o registro.

4.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

4.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

4.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos meios oficiais de publicação e divulgação.

5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os produtos serão entregues no prazo máximo de até (10) dez dias úteis após recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou requisição feita pela secretaria demandante.

5.2. Se a entrega dos materiais se der de forma compatível com o Edital e a Proposta Adjudicada o mesmo será recebido conforme art. 140, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais normas Pertinentes.

5.2.1. **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais (art. 140, II, “a”); e

5.2.2. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, II, “b”).

5.2.3. **Rejeitado**, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos e proposta vencedora.

5.3. A entrega dos materiais, objeto deste Edital, deverá ser acompanhado e fiscalizado por intermédio do órgão requisitante, Fiscal do Ata de Registro de Preço e/ou da Secretaria Municipal de Administração;

5.4. Fica designado através da PORTARIA **/2026 o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preço:

SERVIDOR	NOME	MATRÍCULA

6. VÍNCULOS DA ARP

6.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 014/2026.

6.3. Da Adesão À Ata De Registro De Preços

6.3.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório poderão aderir à presente ARP, na condição de não participantes, observados os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 061/2023.

6.3.2. A adesão dependerá de autorização prévia do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante demonstração da vantagem da adesão, compatibilidade dos quantitativos disponíveis e manutenção das condições mais vantajosas para a Administração.

6.3.3. A utilização da ARP por órgão não participante dependerá da concordância expressa do fornecedor registrado.

6.3.4. As contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder os limites quantitativos previstos na legislação vigente e no regulamento municipal aplicável.

6.3.5. Caberá ao órgão aderente a responsabilidade pelos atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes da execução contratual.

6.3.6. As adesões à presente Ata não poderão comprometer os quantitativos originalmente registrados nem prejudicar as obrigações assumidas perante o ÓRGÃO GERENCIADOR e órgãos participantes.

6.3.7. A autorização de adesão ficará condicionada à avaliação técnica da Secretaria Municipal de Saúde quanto à manutenção da capacidade de abastecimento do Município.

7. ATRIBUIÇÕES A CONTRATANTE

7.1. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- A. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- B. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- C. Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- D. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- E. Realizar o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos Contratados, notificando, por escrito o executor das falhas que porventura ocorram, fixando prazo para sua correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade do contratado;
- F. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- G. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, bem como atestar a nota fiscal/fatura após o fornecimento dos produtos, objeto desta licitação, através de comissão/servidor especialmente designado;
- H. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos materiais, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- I. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento dos produtos que venham a ser solicitados pela fornecedora;
- J. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;
- K. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU e do TCM-GO;

- L. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP;
- M. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- N. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
- O. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

8. ATRIBUIÇÕES A CONTRATADA

- A. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- B. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- C. Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar a Ata de Registro de preço, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da convocação;
- D. Indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
- E. Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
- F. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nesta ARP e no Edital e Anexo do Pregão Eletrônico nº 014/2026, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- G. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- H. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório, efetuando a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais constantes no edital, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

I. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

J. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ARP, arcando com todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação;

K. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

L. Acatar todas as orientações do Município de Caturai-GO, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, a partir do recebimento definitivo do objeto contratado, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 61/2023.

9.2. O pagamento do objeto da presente licitação, está sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

9.3. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

9.4. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual/ARP;

9.5. Havendo erro nos documentos hábeis de cobrança ou circunstâncias que impeçam o pagamento, aqueles serão devolvidos e o pagamento ficará pendente até que a Ganhadora providencie as medidas saneadoras. Neste caso, o prazo para pagamento iniciará após a regularização, sem ônus para a Administração.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento sem que isso gere direito a qualquer compensação.

10. PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

10.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no (Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios de Goiás).

10.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://www.caturai.go.gov.br/>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

11. ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times INPC_{\text{inicial}} / INPC_{\text{final}}$$

Onde: PR = Preço reajustado

PI = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

INPC = Índice de reajuste

11.2. Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data de assinatura da presente ARP.

11.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive decorrente reajuste, deverá ser formulado durante a vigência da presente ARP e antes de eventual prorrogação.

11.4. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação. Na impossibilidade de renúncia ao reajuste, a contratada deverá encaminhar, juntamente com o pedido de reajuste, os respectivos cálculos do valor que entender devido antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, sob pena de preclusão do direito. Os cálculos apresentados serão submetidos à apreciação da unidade técnica do contratante para deliberação acerca da sua pertinência.

11.5. Na impossibilidade de encaminhar os cálculos antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação, a contratada, mediante justificativa a ser apreciada pelo contratante, poderá solicitar a inclusão de cláusula resguardando o direito de pleitear reequilíbrio até o término da vigência da subsequente prorrogação.

11.6. A Administração também deverá manifestar o interesse no reajuste antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual quando este for do seu interesse, a exemplo de ocorrência de índice negativo.

11.7. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito, por ocorrência de fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado.

11.8. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos

de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

11.9. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

11.10. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 3 desta ARP.

11.11. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 10 desta ARP.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP

12.1. As empresas com preços registrados nesta ARP estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no edital a que se vincula esta ata, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem com as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II – Multa de;

I – 0,5% por dia de atraso, limitada ao máximo de 30% do valor da obrigação inadimplida;

II - 1% (um inteiro por cento) ao dia, limitado a 30% (trinta inteiros por cento), sobre o valor total do valor da garantia, pelo atraso na apresentação da garantia contratual, em caso de obrigação de apresentação da mesma

III - Impedimento de licitar e contratar com a prefeitura municipal de Caturai-GO, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar a vencedora as sanções Administrativas previstas.

12.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4. Qualquer forma de esclarecimento as notificações, resposta, justificativa, Defesa Administrativa ou outros que se fizerem necessários, deverão ser entregues, devidamente instruídas contendo a identificação da empresa, Assinatura, Razão Social, Telefone para contato, sob protocolo no Departamento de Licitações junto a pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Caturai-GO ou pelo endereço eletrônico licitacao@caturai.go.gov.br

12.5. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.

12.6. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

13. CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ARP

13.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

A. Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos comprovado de desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 11 desta ARP, na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores.

B. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR. C. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

13.2. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

A. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP; B. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

C. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP

D. Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias corridos; ou

E. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3. O cancelamento/revogação do registro por parte do órgão Gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

13.4. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

13.5. O cancelamento/revogação do registro na hipótese do fornecedor recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

13.6. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

13.7. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Setor de Compras, juntamente com a Sec. De Administração promover as necessárias negociações junto aos Detentores a Ata.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As dotações serão indicadas nas contratações decorrentes

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. A gestão da ARP será observada os requisitos definidos conforme Decreto Municipal 061.2023.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Inhumas-GO, Justiça Estadual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

16.2. E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais

Caturai-GO ____ de _____ de 2026

Gestora do FME
CONTRATANTE

Empresa
Razão Social CNPJ
CONTRATADA

